

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Obras do Autor</i>	XIII
<i>Apresentação</i>	XV
Capítulo 1 – O que é Filosofia	1
1.1. O que é Filosofia	1
1.2. O que é filosofar	3
1.3. Conhecimento filosófico e conhecimento científico	4
1.4. Importância da Filosofia.....	4
1.5. A Filosofia na contemporaneidade	6
1.6. Filosofia nas escolas de segundo grau.....	8
1.7. Filosofia nas universidades e no Curso de Direito	10
1.8. A tentativa de recuperar o interesse pela Filosofia, numa hora em que os grandes valores estão sendo esquecidos.....	11
Capítulo 2 – Divisão da Filosofia	15
2.1. Divisão da Filosofia	15
2.2. O que é a Filosofia do Direito	16
2.3. Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito	19
2.4. Presença ou ausência da Filosofia do Direito no currículo acadêmico.....	19
2.5. Papel da Filosofia do Direito dentro do universo jurídico	20
Capítulo 3 – Divisão da Filosofia do Direito.....	23
3.1. Divisão da Filosofia do Direito.....	23
3.2. Temas de que se ocupa a Filosofia do Direito	24
3.3. A escolha dos temas não é a questão mais importante para o bom proveito dos estudos.....	27
3.4. Nossa orientação na escolha dos temas desta obra.....	27
Capítulo 4 – Filosofia do Direito e disciplinas vizinhas – O Direito sob o olhar de múltiplos saberes.....	29
4.1. A conveniência do estudo das inter-relações de saberes, numa obra de Filosofia do Direito.....	29
4.2. Filosofia do Direito e disciplinas vizinhas	30
4.3. Filosofia do Direito e Introdução ao Direito.....	30
4.4. Filosofia do Direito e Sociologia do Direito	31
4.5. Filosofia do Direito e Direitos Humanos	32
4.6. Filosofia do Direito e Antropologia do Direito.....	34
4.7. O Direito sob o olhar de múltiplos saberes. A Arte e o Direito	36

4.8. O olhar do historiador sobre o Direito.....	36
4.9. O olhar da Ciência Política sobre o Direito.....	39
4.10. O Direito e a Economia.....	40
4.11. O olhar da Psicologia sobre o Direito.....	43
4.12. O olhar psicanalítico sobre o Direito.....	44
4.13. O olhar da Medicina sobre o Direito.....	46
4.14. A Arte e o Direito.....	48
Capítulo 5 – Normas controladoras da conduta. O Direito e a Moral.....	53
5.1. Distinguir Direito e Moral: tarefa da Filosofia do Direito.....	53
5.2. Uma questão prévia: conceito de normatividade social – normas éticas e normas técnicas.....	54
5.3. Classificação das normas éticas.....	55
5.4. Natureza das normas religiosas.....	56
5.5. Norma moral, norma jurídica, norma de trato social.....	57
5.6. Importância da distinção entre as normas sociais controladoras da conduta.....	58
5.7. Normas religiosas e normas jurídicas.....	58
5.8. Normas jurídicas e normas de trato social.....	59
5.9. Normas morais e normas convencionais.....	60
5.10. Valor ético das regras de trato social.....	60
5.11. Distinção entre Direito e Moral: utilidade deste estudo.....	60
5.12. Distinção entre Direito e Moral em Roma e na Grécia antiga.....	61
5.13. Direito e Moral no pensamento medieval; Direito e Moral no Iluminismo. Thomasius.....	62
5.14. Kant – Direito e Moral: o acréscimo a Thomasius.....	63
5.15. Distinção “Direito-Moral”: Schopenhauer, Korkounov, Henkel, Fichte.....	64
5.16. A “Teoria do Mínimo Ético”.....	65
5.17. A “Teoria dos Círculos Secantes”.....	66
5.18. Distinção entre Direito e Moral: Petrone, Maggiore, Josserand, Ripert, Freund, Timasheff, Durkheim, Picard.....	66
5.19. Distinção entre Direito e Moral: António Braz Teixeira, Petrazycki, Del Vecchio, Kelsen, Olivecrona, Piaget, Gropali, Stucka.....	67
5.20. Ainda a diferenciação entre a Moral e o Direito: Cossio, Reale, Villey, Oliveiros Litrento.....	70
5.21. Preceitos morais informadores de normas jurídicas, no campo do Direito Penal e do Direito Civil.....	72
5.22. Origem do preceito moral e do preceito jurídico. A tutela do imoral pelo Direito.....	73
5.23. Direito contra a Moral.....	73
5.24. Fronteira entre a Moral e o Direito: a intervenção humanitária.....	74
Capítulo 6 – O conceito de Direito. Fatores do Direito.....	77
6.1. Definir o Direito é objeto da Filosofia do Direito.....	77
6.2. Critérios básicos para a definição do Direito.....	78
6.3. Direito: definição nominal.....	79
6.4. Direito: definição lógica.....	80
6.5. O Direito como norma.....	81

6.6. Outras definições do Direito como norma.....	81
6.7. Direito como norma e Direito objetivo.....	82
6.8. Aspectos de que se reveste o Direito como norma.....	82
6.9. Direito Positivo	83
6.10. Direito Natural.....	83
6.11. Direito estatal e Direito não estatal	84
6.12. O Direito como “faculdade”, o “direito subjetivo”	85
6.13. Direito subjetivo e direito objetivo: dos romanos à concepção moderna	86
6.14. As formas de que se reveste o “direito como faculdade”	87
6.15. Direito na acepção de justo.....	87
6.16. Direito como ramo do conhecimento	88
6.17. Direito como fato social	89
6.18. Concepções do Direito, para além da reflexão sobre suas definições	89
6.19. A concepção do Direito como ideia inata	90
6.20. A perspectiva de ver o Direito como noção histórica	90
6.21. O Direito como expressão histórica de uma classe economicamente dominante.....	91
6.22. Não há um pouco de verdade em cada uma das três teorias ora apresentadas?	94
6.23. Todas as noções expressas pelo termo <i>direito</i> estão vinculadas por um ponto comum	95
6.24. O Direito numa perspectiva existencialista	95
6.25. A Teoria Tridimensional do Direito.....	96
6.26. Fatores que influem no Direito	97
6.27. A influência da Religião sobre o Direito: dos tempos ancestrais à época contemporânea	97
6.28. Política e Direito, Direito e Poder.....	98
Capítulo 7 – Direito natural, debate ainda atual?	101
7.1. A questão do Direito Natural: um dos grandes temas da Filosofia do Direito.....	101
7.2. O Jusnaturalismo.....	102
7.3. A concepção do Direito Natural na Grécia antiga.....	102
7.4. Os romanos e o “Direito Natural”	103
7.5. A Teoria Jusnaturalista do Teologismo ou Jusnaturalismo Escolástico.....	105
7.6. A Teoria Jusnaturalista do Racionalismo	106
7.7. Distinção entre a “Teoria Jusnaturalista do Teologismo” e a “Teoria Jusnaturalista do Racionalismo”	106
7.8. “Teoria do Direito Natural de Conteúdo Variável”	107
7.9. “Teoria do Direito Natural de Conteúdo Progressivo”	107
7.10. “Teoria do Direito Natural de Conteúdo em Devenir”	108
7.11. A opinião de alguns outros pensadores em face do Direito Natural	108
7.12. As lacunas do Positivismo	110
7.13. Se a ideia do Direito Natural está morta, na idade contemporânea	111
7.14. Concepção ética do Direito num mundo pluralista.....	111
Capítulo 8 – Ética e Direito – uma pauta ética para o labor do jurista	115
8.1. Filosofia do Direito rente à realidade. O que é a Ética. Um clamor pela Ética.....	115

8.2. Critério de Bem e de Justiça num mundo plural	117
8.3. Valores éticos fundamentais.....	118
8.4. Pressupostos éticos do Direito e do Estado.....	119
8.5. Algumas questões preliminares que foram anteriormente colocadas nesta obra	120
8.6. O Direito na construção de uma sociedade ética. O Direito e a Justiça a serviço da Vida	121
8.7. Percepção filosófica da cidadania.....	123
8.8. Ética da alteridade	124
8.9. O jurista na edificação de estruturas judiciárias subordinadas à Ética	125
8.10. Ética das diversas profissões jurídicas: Ética do juiz, do advogado, dos membros do Ministério Público, dos serventuários e funcionários da Justiça, dos doutrinadores e professores de Direito.....	125
Capítulo 9 – Segurança, ordem, justiça	131
9.1. Justiça, segurança, lei, ordem, sob a ótica da Filosofia do Direito	131
9.2. Justiça, princípio inspirador do Direito	132
9.3. Justiça e segurança	133
9.4. A segurança e a lei. Juristas da segurança e juristas da Justiça.....	133
9.5. A visão da ordem segundo os ideólogos da segurança.....	134
9.6. Ordem justa e ordem injusta.....	134
9.7. Mundo dos direitos do homem e dos homens sem direitos	135
9.8. A aplicação do Direito diante da tensão entre o Direito estatal e o Direito social	135
Capítulo 10 – Sujeitos do Direito à luz da Filosofia.....	139
10.1. Estudo das pessoas é matéria de Filosofia do Direito, antes de ser tema de Direito Civil. A personalidade jurídica. A reflexão filosófica: o princípio de que todo ser humano é pessoa	139
10.2. Se todo ser humano é sujeito de direito e se só o ser humano é sujeito de direito. Impropriedade de optar pelo sexo masculino para abarcos os dois sexos. Os direitos da natureza, a consciência ambiental.....	141
10.3. Início e fim da personalidade civil da pessoas. Capacidade de direito e de fato, incapacidade, capacidade plena	142
10.4. Registro público dos fatos da vida da pessoa natural. Nome civil	145
10.5. Alteração do nome civil, em respeito à dignidade da pessoa humana	147
Capítulo 11 – Humanismo, Filosofia e Direito	149
11.1. O ser humano como centro do Direito: base filosófica	149
11.2. A tarefa de fecundar o Direito para que sirva ao melhor convívio entre as pessoas	150
11.3. Humanismo não é opção sentimental.....	151
11.4. Atores do mundo jurídico e seu papel no esforço para humanizar o Direito	151
11.5. O juiz e a humanização do Direito.....	152
11.6. A linguagem, veículo de humanismo.....	155
11.7. A linguagem das sentenças	157

Capítulo 12 – Os Direitos Humanos na perspectiva da Filosofia do Direito.....	163
12.1 Por que falar em Direitos Humanos numa obra de Filosofia do Direito?.....	163
12.2. Os Direitos Humanos não constituem concessão do Estado.....	164
12.3. A ideia de Direitos Humanos não é compreendida da mesma forma nas diversas culturas e não é também um conceito estático	164
12.4. Luta pelos Direitos Humanos, em sociedades com alto índice de exclusão social, reclama transformações sociais profundas e abala estruturas de pensamento conservador.....	165
12.5. Direitos Humanos nos tribunais: sensibilidade ou insensibilidade?.....	166
12.6. O Poder Judiciário em face de dois temas exemplificativos: o mandado de injunção e inviolabilidade do domicílio	167
12.7. Direitos Humanos: contraste entre uma visão conservadora e uma visão progressista, nos meios jurídicos.....	169
12.8. Os Direitos Humanos e a opinião pública	170
12.9. Direitos Humanos: o discurso das classes dominantes, o apelo dos oprimidos. Um depoimento pessoal que o autor não pode calar.....	172
12.10. A apropriação da bandeira dos Direitos Humanos pelos movimentos populares. Direitos Humanos Subversivos.....	173
12.11. A leitura dos Direitos Humanos pela Filosofia do Direito.....	175
Capítulo 13 – Filosofia do Direito: as clareiras do Direito Romano.....	177
13.1. Por que um capítulo sobre o Direito Romano numa obra de Filosofia do Direito?	177
13.2. Direito Romano marcado pelo individualismo: uma ideia falsa	178
13.3. O estudante de Direito Romano que fui.....	179
13.4. Fases do Direito Romano.....	181
13.5. Os grandes monumentos do gênio jurídico romano	182
13.6. Ensinamentos do Direito Romano que permanecem atuais.....	183
13.7. Estudo do Direito Romano: caminho para o aperfeiçoamento cultural	184
Capítulo 14 – Ética, vida, morte.....	187
14.1. Reverência à vida.....	187
14.2. A pena de morte à luz do Direito e da Filosofia	187
14.3. A questão do aborto.....	191
14.4. O genoma humano	193
14.5. A clonagem.....	195
14.6. A questão da eutanásia	197
14.7. A fome à luz da Ética	198
14.8. A exploração do homem pelo homem, em nível interno, a exploração de países, no nível das relações internacionais, e a guerra, como instrumento de dominação, à luz da Ética	199
Capítulo 15 – Os desafios da Hermenêutica Jurídica	203
15.1. Por que a Hermenêutica Jurídica é tema de Filosofia do Direito?	204
15.2. A Hermenêutica, segundo o filósofo Martin Heidegger, e a pertinência de sua visão para o mundo do jurista. Exercício hermenêutico, ato de conhecimento e de vontade.....	205

15.3. Significado de “Hermenêutica”. O mais antigo emprego desse vocábulo. A importância que o tema veio a assumir.....	206
15.4. Lei como forma de comunicação humana. Relação que existe entre a hermenêutica jurídica e a comunicação através da lei.....	207
15.5. Elementos presentes no processo de comunicação.....	207
15.6. Acepções da expressão “Hermenêutica Jurídica”. Hermenêutica e interpretação. Interpretação jurídica e aplicação do Direito. Interpretação jurídica e integração do Direito	208
15.7. A Hermenêutica Jurídica não interessa apenas ao Juiz. A sentença não é um mero silogismo.....	209
15.8. Evolução da Hermenêutica. Evolução das ideias sobre o homem. O novo salto que defendo deva ser dado pela Hermenêutica. A Hermenêutica evitando que a lei seja uma força social retrógrada	210
15.9. Processos de interpretação ou momentos da interpretação.....	211
15.10. Processo (ou momento) literal, gramatical ou filológico	212
15.11. Processo (ou momento) lógico ou racional.....	214
15.12. Processo (ou momento) sistemático ou orgânico	215
15.13. Processo (ou momento) histórico ou histórico-evolutivo	217
15.14. Processo (ou momento) teleológico.....	220
15.15. Processo (ou momento) sociológico	220
15.16. Só o desafio da aplicação sociológica do Direito exige juízes competentes e estudiosos?	222
15.17. Estarão os juízes incapacitados de traduzir as aspirações populares pelo fato de não terem sido eleitos pelo povo? Que modificações, na estrutura judiciária, poderiam aproximar a Justiça da vontade popular?	222
15.18. Democratização do acesso à função judiciária como condição de uma Justiça mais popular	223
15.19. Possibilidade de traduzirem os juízes as aspirações populares.....	223
15.20. Submissão dos magistrados à jurisprudência dominante?.....	224

Capítulo 16 – Uma abertura filosófica na aplicação do Direito:

a consideração dos valores, o mergulho fenomenológico e o descortínio sociológico e político.....	229
16.1. Aplicação axiológica, fenomenológica e sociológico-política do Direito: aspectos gerais	230
16.2. Oposição a valorações fundadas na pauta axiológica do juiz	231
16.3. Admissão da valoração da lei pelo juiz, na opinião de diversos autores	231
16.4. A crítica valorativa da norma tem acolhida no sistema jurídico brasileiro.....	234
16.5. A fundamentação teórica para uma aplicação axiológica do Direito.....	234
16.6. Pressupostos da perspectiva axiológica. Critérios metodológicos que devem presidir a aplicação axiológica do Direito	234
16.7. Condições ideológicas devem orientar a aplicação axiológica do Direito	235
16.8. Condições éticas exigidas dos magistrados, para aplicação correta do Direito	235
16.9. Fenomenologia e Direito: tentativas pretéritas de aproximação	236



16.10. Fenomenologia e o Direito: a aproximação que propomos.....	237
16.11. O Juiz e a consideração do campo fenomenal	238
16.12. O campo fenomenal em sentença que proferimos.....	238
16.13. A perspectiva sociológico-política na interpretação da lei e aplicação do Direito	239
16.14. A essencialidade da aplicação sociológico-política do Direito	239
16.15. Base teórica para assunção de uma postura sociológico-política para a aplicação do Direito. Justificativa que fundamenta o agasalho do Direito e da cultura popular.....	240
16.16. O Juiz ante a evidência da pluralidade de ordenamentos jurídicos.....	241
16.17. Objeções a uma ampla aplicação sociológica do Direito	242
16.18. Refutação das objeções que se levantam a uma ampla aplicação sociológica do Direito	242
16.19. A aplicação sociológica e a Escola do Direito Justo.....	244
16.20. Princípios, defendidos neste livro, que pretendem afirmar um caráter próprio à aplicação sociológica do Direito.....	245
16.21. Magnaud, o “bom juiz”, está ultrapassado?.....	245
16.22. A aplicação do Direito, como preconizamos, e a informatização da Justiça	248
16.23. A tríplice perspectiva que defendemos, na aplicação do Direito, e sua convergência numa aplicação humanística	248
16.24. Insuficiência de uma hermenêutica que se abstenha de lançar sobre os casos um olhar humanístico	249
16.25. É possível que a Justiça seja instrumento de libertação?	250
16.26. O caso da filha de um ministro do Supremo Tribunal Federal	251
Capítulo 17 – A questão da cientificidade do Direito em face da Filosofia	255
17.1. Papel da Filosofia do Direito em face da discussão sobre a cientificidade do Direito	255
17.2. Uma questão preliminar cuja resposta compete à Filosofia do Direito: a dignidade do Direito depende de seu reconhecimento como ciência?.....	256
17.3. O Direito como ciência: os que defendem a tese da cientificidade e os que se opõem a ela	257
17.4. Negação da cientificidade do Direito	258
17.5. Conhecimento que advém das ciências da natureza: único caminho para o conhecimento científico?	258
17.6. Uma pesquisa científica nas ciências do Direito.....	259
17.7. A busca de um tema para a pesquisa jurídica	260
17.8. Direito mais que Ciência, Arte, Filosofia e Religião.....	261
17.9. Instabilidade do Direito	261
17.10. Progresso do Direito. Alargamento da visão.....	262
17.11. Lineamentos da pesquisa jurídica	262
17.12. O Direito e os requisitos do saber científico	263
17.13. Cientificidade do Direito: as razões da polêmica	264
Capítulo 18 – A Utopia move o Direito	265
18.1. A força da Utopia no Direito: o <i>insight</i>	265
18.2. Acredito no pioneirismo de nossa ideia	266
18.3. A Utopia criando um novo Direito: olhar filosófico.....	266



18.4. Conceito etimológico de Utopia: mito não é Utopia.....	267
18.5. Pregadores ou profetas da Utopia	267
18.6. A Poesia visitou a Utopia.....	268
18.7. Transformar a esperança em decisão política. A Utopia no Direito.....	270
18.8. O futuro é dos utopistas	270
18.9. Um Estado sem Direito, governado pelo amor	271
Bibliografia	273